

Supremo adia decisão sobre intervenção em SP

Eugênio Novaes/AE—1/6/95

Tribunal vai esperar julgamento de ação que contesta índices aplicados por Justiça estadual

VANNILDO MENDES

BRASÍLIA — O Estado de São Paulo está temporariamente livre da ameaça de intervenção federal por conta do débito de R\$ 9 bilhões acumulado nos últimos dez anos pelo não-pagamento de dívidas judiciais. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, anunciou ontem que só vai colocar em pauta o primeiro pedido de intervenção no Estado depois de julgada a ação direta de inconstitucionalidade movida pelo governo paulista contra a forma de correção da dívida aplicada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O governo paulista alega que o tribunal adotou mecanismos de correção ilegais para atualizar o valor das sentenças, inclusive índices rejeitados pelo STF, como os expurgos promovidos por planos econômicos. Do total reclamado pelos credores, o governo só reconhece R\$ 5 bilhões e se nega a pagar os R\$ 4 bilhões sub judice.

Preliminar — Como se trata de sentença em último grau de recurso, os credores moveram pedidos de intervenção no STF — somavam 247 até ontem. O primeiro deles, do servidor público Francisco Capuano, está pronto para julgamento, com parecer favorável do Ministério Público Federal.

A ação do governo paulista, segundo Pertence, é uma preliminar fundamental para que o processo de intervenção tenha sequência. Seu julgamento, porém, está prejudicado porque o STF aguarda parecer da Procuradoria-Geral da República desde novembro de 1995.

“É adequado aguardar o parecer do Ministério Público e sustar qualquer decisão sobre pedidos de intervenção em São Paulo até que haja uma definição final sobre a ação direta de inconstitucionalidade”, disse Pertence. O ministro cobrou agilidade do procurador-geral, Geraldo Brindeiro, e recebeu a garantia de que o caso tem prioridade.

A assessoria de Brindeiro informou que nos próximos dias o Ministério Público dará seu parecer. Caso o STF julgue legítima a reclamação



Sepúlveda Pertence: à espera de parecer do Ministério Público

mação do governo paulista, a ameaça contra São Paulo estará definitivamente afastada porque todos os pedidos de intervenção têm origem nos R\$ 4 bilhões sub judice.

Decisão — Tão logo o parecer do Ministério Público chegue ao Supremo, o processo retornará ao relator, ministro Marco Aurélio Farias de Mello, que ontem prometeu resolver logo a sua parte. As dívidas judiciais, chamadas de precatórios, reclamadas contra o governo paulista, vêm sendo acumuladas desde a gestão de Orestes Quêrcia e se avolumaram durante o mandato de Luiz Antônio Fleury, o primeiro a contestar a forma de correção monetária adotada pelo Tribunal de Justiça.

Quanto aos R\$ 5 bilhões reconhecidos como legítimos, o governo do Estado adotou um calendário de desembolsos baseado no Artigo 100 da Constituição, que vincula o fluxo de pagamentos à receita estadual, estabelece os critérios e dá prioridade para os chamados débitos de natureza alimentar. Desde o início do governo Covas, foram pagos R\$ 500 milhões e, pelo calendário vigente, a dívida só será liquidada em 15 anos.

GOVERNO
PAULISTA
RECUSA
CORREÇÃO DE
DÍVIDAS
REFERENTES A
R\$ 4 BILHÕES

BREVES

Eleitor não terá de levar identidade

BRASÍLIA — O Senado aprovou ontem projeto que muda a Lei Eleitoral e dispensa os eleitores de apresentar documento de identidade com foto, além do título de eleitor, no momento da votação. O projeto, de autoria do deputado Romel Anízio (PPB-MG), fora apresentado com o argumento de que muitos eleitores que estão votando pela primeira vez só possuem como documentos a certidão de nascimento e o título de eleitor, ambos sem fotografia. A proposta já havia sido aprovada pela Câmara e agora só depende da sanção do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Suruagy pede aval para empréstimo

BRASÍLIA — O governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, pediu ontem ajuda ao presidente Fernando Henrique Cardoso para mudar o perfil da dívida do Estado e evitar a intervenção federal. “Ninguém ganha com a intervenção, a não ser o Judiciário”, afirmou. “A menos que o governo federal assuma e pague todas as dívidas.” E acrescentou: “Não estou pedindo nenhuma generosidade, apenas propondo uma operação para que o Estado possa sair do sufoco.” Suruagy quer que o governo dê aval para um empréstimo de R\$ 100 milhões a R\$ 150 milhões que permitirá saldar as dívidas do Estado.

Programa de demissões atrai 13 mil em SP

A Secretaria Estadual da Administração e Modernização do Serviço Público informou que até ontem 13.126 servidores aderiram ao programa de estímulo a demissões voluntárias do governo estadual. Até segunda-feira, o Estado pagou R\$ 18.013.620,50 em indenizações para 3.556 funcionários. O programa foi lançado pelo governo para tentar reduzir os gastos do Estado com os salários do funcionalismo e tirar da folha servidores que têm estabilidade garantida pela legislação e não podem ser demitidos. São Paulo tem hoje cerca de 500 mil funcionários na administração direta e em fundações, autarquias e empresas estatais.

Primeiro-ministro do Japão visitará Brasil

TÓQUIO — O primeiro-ministro do Japão, Ryutaro Hashimoto, inicia na terça-feira uma visita de dez dias à América Latina. Ele vai passar por México, Chile, Brasil, Peru e Costa Rica com o objetivo de melhorar as relações bilaterais e ampliar os laços econômicos com esses países. Hashimoto se encontrará com o presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 26. Eles vão discutir também os preparativos para a provável visita do imperador japonês Akihito e da imperatriz Michiko ao Brasil, prevista para ocorrer entre o fim de maio e o começo de junho do ano que vem.